

Interligação Billings-Alto Tietê avança e reforça segurança hídrica

Obra iniciada em janeiro vai ampliar captação na Represa Billings e integrar sistemas

Considerada uma das principais estratégias do Plano de Segurança Hídrica do Estado de São Paulo, a interligação entre a Represa Billings e o Sistema Alto Tietê teve início em janeiro e tem conclusão prevista para 2027. A iniciativa integra o conjunto de medidas estruturantes voltadas ao aumento da resiliência hídrica na Região Metropolitana de São Paulo, região que concentra cerca de 22 milhões de habitantes e apresenta histórico de vulnerabilidade no abastecimento.

O projeto permitirá a captação de até 4 mil litros de água bruta por segundo no braço do Rio Pequeno, em São Bernardo do Campo. Esse volume será bombeado até a represa Taiaçupeba, fortalecendo o Sistema Integrado Metropolitano, responsável pelo fornecimento de água à capital e a municípios do entorno. O investimento estimado para a obra é de R\$ 1,4 bilhão, com recursos destinados à construção de estruturas de captação, estações elevatórias, adutoras e sistemas de controle operacional. Com a interligação, a Billings passa a ocupar papel estratégico no abastecimento regional. Atualmente, o reservatório possui capacidade total de armazenamento de aproximadamente 1,13 trilhão de litros, volume superior ao das cinco represas que compõem o Sistema Cantareira — Jaguari, Jacaré, Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro — que, somadas, atingem 982 bilhões de litros, conforme dados da Sabesp. Até então, a utiliza-



Divulgação

Capacidade total de armazenamento de água da Billings chega a 1,13 trilhão de litros

ção da Billings para abastecimento era limitada, com maior destaque histórico para a geração de energia e controle de cheias.

Especialistas em recursos hídricos apontam que a localização da Billings favorece a captação e amplia a segurança do sistema. Situada próxima à Serra do Mar, a represa tende a registrar índices pluviométricos superiores aos observados nas bacias que alimentam o Cantareira, localizadas em áreas mais afastadas da capital. Além disso, o reservatório está disposto em um único plano e possui mais de 100 quilômetros de

extensão, característica que aumenta a probabilidade de retenção de águas pluviais ao longo de seu espelho d'água.

Outro fator considerado relevante é a proximidade com o centro consumidor. Por estar nos limites da capital paulista e apresentar menor desnível topográfico em relação a outras fontes de abastecimento, o bombeamento da água da Billings exige menor consumo de energia e reduz custos operacionais quando comparado à captação em regiões mais distantes da Grande São Paulo.

A secretária estadual de Meio

Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, afirmou que a ampliação da captação na Billings fortalecerá o Sistema Integrado Metropolitano e contribuirá para garantir maior estabilidade no fornecimento, sobretudo em períodos de estiagem prolongada. Segundo ela, a interligação com o Alto Tietê integra um conjunto de projetos estruturais voltados à segurança hídrica do Estado.

A Região Metropolitana de São Paulo enfrenta desafios históricos relacionados à disponibilidade de água. De acordo com a Sabesp, a

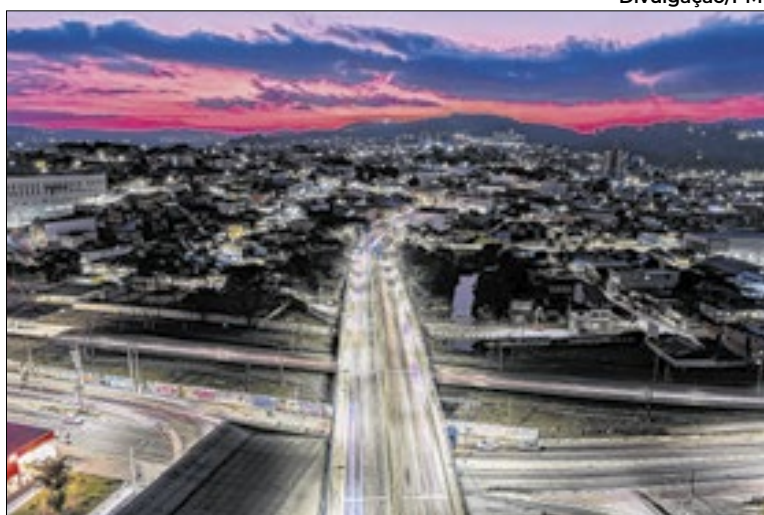
oferta per capita na região é de aproximadamente 143 metros cúbicos por habitante ao ano, índice considerado baixo frente a padrões internacionais e comparável ao de áreas com características semiáridas. A elevada concentração populacional e a limitada oferta natural de recursos hídricos na bacia explicam parte desse cenário.

Em 2025, a região atravessou uma das estiagens mais severas da última década, com volumes de chuva entre 40% e 70% abaixo da média histórica e redução significativa das vazões afluentes aos reservatórios. O contexto de mudanças climáticas, com eventos extremos mais frequentes e distribuição irregular das precipitações, intensifica a necessidade de diversificação das fontes de abastecimento.

O Plano de Segurança Hídrica previsto no novo contrato da Sabesp, firmado após o processo de desestatização promovido pelo Governo de São Paulo, estabelece investimentos de R\$ 70 bilhões até 2029 para ampliar e universalizar o acesso à água e ao esgoto no Estado. Em 2025, segundo a companhia, foram aplicados R\$ 15,2 bilhões em obras de saneamento, montante 120% superior ao registrado no ano anterior. A expectativa do governo estadual é que, com a conclusão da interligação em 2027, a Billings consolide-se como eixo estratégico do sistema metropolitano, ampliando a capacidade de resposta da região frente a períodos de escassez.

Itapevi convoca população para audiência sobre finanças

A Prefeitura de Itapevi, por meio da Secretaria da Fazenda e Patrimônio, realizará no dia 26 de fevereiro, quinta-feira, às 18h15, no Plenário da Câmara Municipal, a audiência pública de apresentação das Metas Fiscais referentes ao 3º quadrimestre de 2025. A iniciativa cumpre o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000, art. 9º, inciso 4º), que obriga o Poder Executivo a demonstrar e avaliar, até o final de fevereiro, maio e setembro, o cumprimento das metas estabelecidas a cada quadrimestre. urante o encontro, serão detalhados dados sobre receitas e despesas, resultados primário e nominal, endividamento e investimentos realizados pelo município. Também serão apresentadas informações sobre a aplicação de recursos em áreas prioritárias, como saúde e educação, incluindo os investimentos do Fundeb, além



Divulgação/PMI

Cidade de Itapevi, local da audiência sobre investimentos

de outras políticas públicas desenvolvidas em Itapevi.

As Metas Fiscais representam os compromissos da administração em manter equilíbrio entre arrecadação e gastos, fixando limites para despesas, operações de crédito e controle da dívida pública, conforme defini-

do na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A audiência é aberta à população e reforça o exercício do controle social, permitindo que cidadãos acompanhem de forma direta a gestão financeira municipal, promovendo transparência, eficiência e responsabilidade.

Cotia retoma posse no Parque das Nascentes

A Prefeitura de Cotia executou, na manhã da última sexta-feira (13), a reintegração de posse de área pública situada no Parque das Nascentes, conforme determinação judicial da Ação Civil Pública nº 1006469-45.2021.8.26.0152. A operação foi acompanhada pelo Ministério Público, com apoio da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Guarda Civil Municipal, garantindo segurança e ordem durante todo o procedimento.

A decisão judicial estabelece ao município a obrigação de fiscalizar continuamente a área, incluindo operações mensais de remoção de materiais, demolição de construções irregulares e instalação de barreiras físicas para impedir novas ocupações. A sentença de 31 de outubro de 2025 confirmou que o terreno é público e protegido ambientalmente, com remanescentes de Mata Atlântica e nascentes relevantes, além de

identificar parcelamento clandestino do solo, em desacordo com a Lei Federal nº 6.766/1979.

A Prefeitura ressalta que todas as ações seguem estritamente a legislação e visam preservar o patrimônio público e ambiental. Segundo a administração municipal, a reintegração e a fiscalização periódica são medidas necessárias para evitar novas invasões e garantir a proteção da área.

O órgão municipal reforça a importância de que compradores de terrenos ou imóveis verifiquem sempre a documentação antes da aquisição. Em caso de dúvidas, a Secretaria de Habitação, localizada na Rua Jorge Caixe, 306 – 2º andar, está à disposição para orientação. “A medida reforça o compromisso da cidade com a legalidade e a conservação ambiental, alinhada às determinações judiciais vigentes”, informou o governo municipal.